

SOCIALISMO, SOBERANIA E DIREITOS

O programa do PT para transformar o Brasil: soberania, igualdade, democracia, desenvolvimento e socialismo

Maria Caramez Carlotto

Apresentação

Em abril de 2026 o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras vai realizar seu 8º Congresso. Estarão em debate a situação política e nossa tática, as diretrizes de governo 2027-2030, o programa e a estratégia do Partido, bem como nossas disposições organizativas e estatutárias.

A classe trabalhadora tem objetivos imediatos e históricos, que se materializam de diferentes maneiras em cada situação concreta. O programa do Partido busca ser a síntese desses objetivos, acentuando sua dimensão de médio e longo prazo, em articulação com nossa estratégia para que a sociedade brasileira seja dirigida por quem produz nossas riquezas: a classe trabalhadora.

Introdução

Em 1980, quando foi criado, o Partido dos Trabalhadores defende a necessidade urgente de transformações profundas na sociedade brasileira, em favor da grande maioria do nosso povo. Algumas dessas transformações são tão revolucionárias que, já no Manifesto de Fundação do Partido, se reconhece que nosso programa implica superar o capitalismo ou, ao menos, dar passos substanciais nesse sentido. Outras transformações defendidas pelo PT são, em tese, compatíveis com o capitalismo, mas não com o tipo de capitalismo realmente existente no Brasil e no Mundo, o que na prática as torna tão revolucionárias quanto aquelas transformações explicitamente socialistas. Além disso, desde sua fundação o PT também defende medidas imediatas, que mesmo que não transformem a natureza estrutural da sociedade brasileira, contribuem para melhorar desde já a vida do povo, não apenas do ponto de vista material, mas também no que diz respeito à sua consciência política, à sua organização e capacidade de mobilização. As formulações do PT, em seus primeiros anos de vida, resumem essa agenda simultaneamente programática e estratégica falando da luta pelos “objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora”.

Em 2026, quase meio século depois da fundação, já com 46 anos de existência, o PT enfrenta desafios que são ao mesmo tempo iguais e diferentes daqueles que marcaram seus anos de fundação. São iguais, no sentido de que continuamos enfrentando a herança maldita da colonização, do escravismo, do

patriarcado, do imperialismo e de um capitalismo brasileiro profundamente dependente, desigual e politicamente oligárquico. Mas são diferentes porque o mundo mudou, o capitalismo brasileiro mudou, as classes trabalhadoras mudaram e as classes dominantes também não são as mesmas, como se pode perceber crescente peso político adquirido pela extrema-direita, abertamente autoritária, que expressa os interesses combinados do capital financeiro, do agroextrativismo e do imperialismo.

Essas mudanças tornam necessário, ao mesmo tempo, reafirmar e atualizar nosso programa democrático-popular e socialista. E tornam igualmente necessário, mais do que nunca, combinar programa e estratégia. Um partido de massas, com forte presença nas instituições, não pode apresentar propostas sem, ao mesmo tempo, dizer como pretende torná-las realidade. É da visualização do caminho a ser percorrido que resulta parte importante da disposição de luta das massas que precisamos mobilizar para atingir nossos objetivos imediatos e históricos. Com base nestas diretrizes, este texto reafirma e atualiza nossas resoluções partidárias, em particular a “Resolução sobre Estratégia e Programa” aprovada no 6º Congresso do PT (o 7º Congresso, como sabemos, na prática não aprovou resoluções).

O Brasil que temos

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, tem sido alavancado por superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social, subordinação aos centros imperialistas e controle oligárquico da política e das instituições estatais pelas classes dominantes locais. O processo de formação dessas classes, associado à sua inserção subalterna na ordem capitalista mundial, somente ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência, da pobreza e da subordinação política, do racismo e do patriarcado. Do caráter dependente do nosso capitalismo, resulta a natureza restrita da nossa democracia. Do entreguismo constante, resulta o golpismo permanente das nossas classes dominantes.

Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema brasileiro, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista, exploração predatória dos recursos naturais, privatização do público e do comum, um Estado dominado por uma minoria. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar

fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais. A grande “vantagem comparativa” do capitalismo brasileiro é a superexploração do nosso povo e das nossas riquezas naturais.

A reprodução da miséria e da pobreza, combinada com a opressão de raça e de gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, do qual depende nossas taxas de superexploração, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento em que o mercado interno se restringe às camadas médias e ricas da sociedade. O desenvolvimentismo, mesmo nos seus melhores momentos, não conseguiu superar a desigualdade abissal no qual se funda o capitalismo brasileiro.

Ao longo da nossa história, houve momentos em que se tentou mudar o rumo até então predominante do nosso desenvolvimento. O primeiro momento deu-se quando frações nacionalistas da burguesia, com forte base entre os trabalhadores, ascenderam à direção do Estado, como foram os casos do segundo governo de Getúlio Vargas e da administração de João Goulart. O segundo momento deu-se quando, durante os governos Lula 1, Lula 2, Dilma 1 e Dilma 2, um partido orgânico da classe trabalhadora alcançou o comando do executivo nacional. Apesar das imensas diferenças entre os governos trabalhistas e os governos petistas, nos dois momentos houve um redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno de massas por meio do aumento de salários e direitos, do fortalecimento do Estado como indutor e coordenador do desenvolvimento econômico e da busca por exercer uma política internacional efetivamente soberana. Em nenhum daqueles dois momentos vivemos uma revolução no sentido clássico desta palavra, ou seja: uma tentativa de melhorar a vida do povo superando o capitalismo. Ressalvadas as já citadas diferenças, o que se buscou no governo eleito de Vargas, no governo Jango, bem como nos governos Lula e Dilma citados, foram reformas para melhorar as condições de vida do povo brasileiro nos marcos do capitalismo.

Mas o imperialismo e a classe dominante brasileira são forçados pela sua condição estrutural a ignorar sutilezas e nunca entenderam bem a diferença entre “reformas” e “revolução”. Não por acaso Vargas, Jango, Dilma e Lula foram alvo de golpes, tramados e executados pelos setores hegemônicos do empresariado e seus aliados externos, que comandaram movimentos de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito histórico, onde as únicas reformas que eles consideram aceitáveis são as contrarreformas.

Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, governo marcado pela inserção do Brasil na financeirização global sob hegemonia estadunidense, as características do capitalismo brasileiro se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas maiorias, atolaram o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas na mesma medida em que produziram um dos mais dramáticos processos de desindustrialização da história do capitalismo.

A principal consequência desse processo sobre o mundo do trabalho é bastante conhecida: brutal precarização das relações laborais, que se iniciou nos governos tucanos, sendo aprofundada no governo golpista de Michel Temer e no governo golpista de Jair Bolsonaro. O país foi enredado na desindustrialização, nas privatizações de estatais e serviços públicos, na ampliação do território dedicado à agricultura de *commodities* e no extrativismo mineral, consolidando uma completa subordinação ao sistema financeiro internacional.

O cenário gerado pelos dois mandatos presidenciais do PSDB (1995-2002) começou a ser alterado durante os governos liderados pelo PT, a partir de 2003, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia em conjunto com a expansão do comércio mundial de *commodities*. A partir da crise mundial capitalista de 2008, no entanto, paulatinamente emergiu forte reação burguesa, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e fundos públicos, particularmente através da receita com juros e subsídios diversos. Essa contraofensiva foi relativamente contida até 2013, pelo sucesso das administrações petistas em preservar o emprego, a renda do trabalho, o consumo familiar, o investimento estatal e o crescimento econômico geral. Mas à medida que a “marola virou tsunami” – ou seja, à medida que os Estados Unidos e as elites financeiras operaram para fazer o povo e as periferias do mundo pagarem a conta da crise de 2008 – a classe dominante brasileira mudou de estratégia: deixou de lado o apoio à oposição legal e passou a apoiar abertamente o golpismo. Depois da derrota eleitoral sofrida nas eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita abandonou os parâmetros democráticos estabelecidos na Constituição de 1988, estimulou a mobilização da extrema-direita e apostou no golpe como única maneira de fazer declinar as conquistas do trabalho. O golpe de 2016 contra a presidenta Dilma, o golpe jurídico impetrado contra o presidente Lula e a fraudulenta eleição de 2018 comprovam, mais uma vez, a incompatibilidade entre a via brasileira de

desenvolvimento capitalista, as liberdades democráticas e os interesses nacionais-populares.

O velho sistema oligárquico-burguês revela-se, portanto, incapaz de conviver com democracia popular, desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos civis e independência nacional. Não se trata, portanto, de uma oposição somente ao socialismo; trata-se de uma oposição total da classe dominante brasileira às reformas mínimas “civilizatórias” e, assim, à própria democracia. É por isso que empresários que individualmente parecem ser “civilizados” deram e seguem dando apoio às forças politicamente mais reacionárias, fundamentalistas, racistas, misóginas e antidemocráticas. Vale destacar, também, que a predominância do capitalismo financeirizado, combinado com o extrativismo das mineradoras, do agronegócio e mais recentemente das big techs, aprofundou as características reacionárias da classe dominante brasileira. O que nos últimos anos foi acentuado pela ofensiva dos Estados Unidos e seus aliados contra os interesses do chamado Sul Global, de que o Brasil faz parte.

É nessas circunstâncias que o 8º Congresso do PT deve debater e apontar como criar as condições políticas, materiais e culturais para realizar as transformações profundas que o Brasil necessita. Trata-se de atualizar as determinações que norteiam a atuação do Partido dos Trabalhadores, tal como afirmam o Manifesto de Fundação e as resoluções sobre socialismo petista aprovadas no 7º Encontro Nacional (1987), no 1º Congresso (1991), no 3º Congresso (2007) e no 6º Congresso (2017).

Melhor seria, para o povo brasileiro, se pudéssemos agir por “etapas” claramente delimitadas: primeiro realizar as mudanças imediatas para, depois, realizar as reformas estruturais nos marcos do capitalismo e, finalmente, construir uma sociedade pós-capitalista, ou seja, socialista. Mas a postura da classe dominante brasileira, as transformações ocorridas no capitalismo nacional, assim como a dinâmica imposta pelo capitalismo e pelo imperialismo em âmbito internacional tornam impossível esta separação estanque e esquemática entre o “imediato” e o “histórico”, entre a “reforma estrutural” e a “revolução política e social”.

Como demonstram as experiências de Vargas 1954, Jango 1964, Dilma 2016 e Lula 2018 (e como demonstram, também, as tentativas frustradas de golpe que desembocaram na fracassada intentona de 8 de janeiro de 2023), nossos inimigos não permitem que sigamos uma estratégia passo-a-passo, fazendo estritamente apenas o que é possível em cada etapa e só avançando para a etapa seguinte quando as condições estão perfeitamente construídas. Assim sendo, nosso desafio é elaborar e, principalmente, implementar um programa e uma

estratégia que envolvam fazer não apenas o “possível nos marcos da correlação de forças”, mas também forçar o limite do possível. É importante frisar este ponto: nunca precisamos tanto do apoio ativo de amplos setores das classes trabalhadoras, e esse apoio dependerá em boa medida do que consigamos realizar de diferente dentro das estritas margens de manobra que temos, o que nos obriga a atuar, sempre, forçando os limites do possível.

Além disso, as linhas gerais do nosso programa já nos colocam diante de um fato político incontornável: existe uma contradição essencial entre os interesses da classe trabalhadora versus os interesses da classe dominante, de conjunto e em cada uma de suas diferentes frações.

Dizendo de outra forma, reduzir o espaço do setor privado no campo da educação significa necessariamente enfrentar o empresariado da educação. Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) é colidir com os interesses do setor de saúde suplementar, via planos de saúde, convênios e hospitais particulares. Um programa robusto de moradia popular não avança sem enfrentar o capital imobiliário. Serviços básicos de fornecimento de água, luz e transporte de qualidade pressupõe enfrentar os processos de privatização, inclusive retomando para o povo as estatais que foram entregues de forma fraudulenta ao “capitalismo de cassino”. Alimento de qualidade só será possível com reforma agrária e subordinação econômica e política do agronegócio aos interesses nacionais. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário só com o confronto direto dos interesses dos empregadores em pagar salários menores com jornadas maiores. Enfrentar as condições de superexploração dos trabalhadores negros, contribuindo para a valorização da massa salarial e das condições de trabalho de toda a classe, é trombar com séculos de dominação. Reconhecer o peso do trabalho reprodutivo e de cuidado das mulheres, incluindo-o nos custos gerais de reprodução da força de trabalho, é reduzir a margem de lucro do empresariado como um todo. Garantir creches públicas vai na contramão dos interesses do setor privado.

Isso sem falar que um programa de garantia de serviços públicos de qualidade depende, essencialmente, de orçamento público; orçamento este capturado, na sua maior parcela, pelo setor financeiro brasileiro, o oligopólio privado que hoje, graças à “autonomia” (leia-se, captura total pelos interesses privados) do Banco Central, usufrui de uma das maiores taxas de juros reais do mundo, o que fez o país pagar R\$ 1 trilhão de juros em 2025, um recorde histórico indecente para um país com as desigualdades brasileiras. Coincidentemente, em 2025, pelo segundo ano consecutivo, o maior banco privado brasileiro, o Itaú, obteve lucro líquido recorde na história do Brasil: mais de R\$ 46 bilhões.

E de maneira mais ampla, mudar a sociedade brasileira e mudar o lugar do Brasil no mundo entrem em choque com o imperialismo, especialmente nesse momento de profunda crise sistêmica do capitalismo e de declínio da hegemonia dos Estados Unidos.

Em outras palavras, fazer valer os interesses imediatos da classe trabalhadora implica, necessariamente, entrar em contradição com interesses materiais estruturais da classe dominante, a chamada burguesia, em particular, suas frações financeira e agrário-exportadora. Assim como entra em choque com os interesses do imperialismo. Na prática, isso vincula profundamente as três dimensões programático-estratégicas que apontamos antes: o imediato, a reforma e a revolução. O que, é bom lembrar, é uma característica comum a outras formações sociais como a brasileira, em que o peso da dependência de uma estrutura patriarcal e racista secular produziu um capitalismo essencialmente baseado na superexploração de amplos setores da classe trabalhadora. Para este capitalismo, reduzir a superexploração é tirar as bases de sua existência. Por isso, a classe dominante enxerga “comunismo” em qualquer bandeira popular.

Isso é evidente para o PT que, enquanto partido orgânico da classe trabalhadora brasileira, foi duramente marginalizado e combatido pelas classes dominantes do país desde sua fundação, e muito especialmente depois que assumiu o controle do governo federal. A tentativa de criminalização da cúpula do partido – que se iniciou em 2005 com o “Mensalão” e culminou na prisão de Lula em 2018 – é expressão disso; igualmente, a tentativa da classe dominante de interditar e inviabilizar o PT a partir do golpe de 2016, via “Operação Lava Jato” e outras iniciativas.

Em suma: a natureza do PT, como partido de classe, o coloca obrigatoriamente diante do caráter incontornável da luta de classes ou, se quisermos, das contradições que organizam a dinâmica política no sistema capitalista mundial, hoje em crise. Assim, se é verdade que, em determinadas circunstâncias, o PT pode e deve fazer alianças táticas com setores específicos das classes dominantes, também é verdade que – considerando o horizonte histórico do Partido de fazer da classe trabalhadora classe dominante – essas alianças não podem ser alianças estratégicas.

Do ponto de vista estratégico, o objetivo do PT é organizar e representar a classe trabalhadora brasileira, fazendo dela classe dominante para que o Estado brasileiro seja colocado a serviço da maioria da população. Dito de outro modo, o objetivo estratégico do PT é construir um Brasil socialista. Nas condições atuais, isso nos coloca diante de um desafio político específico: alargar o

horizonte de expectativa das classes trabalhadoras, enfrentando não só a tendência à desmobilização quanto a desilusão geral da população, que conduz à indiferença e/ou à adesão ao discurso destrutivo da extrema-direita. Isso implica na tarefa de recuperar a ideia de que podemos construir uma nova sociedade e um novo Brasil, reconquistando a ideia de futuro.

Alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora

As duas tarefas históricas do PT, a saber, 1) organizar a classe trabalhadora para 2) construir uma sociedade socialista no Brasil podem parecer, para muitos, não só excessivamente ousadas, mas também contraproducentes de serem enfatizadas num ano eleitoral. Seria um horizonte quase utópico no mau sentido da palavra, de um objetivo histórico “impossível” que, além de inalcançável, consumiria grande parte de nossas energias militantes, impedindo-nos de conquistar “o possível”. Essa leitura é perfeitamente coerente com o horizonte de expectativas hegemônico da nossa época. Nesse cenário, ganha força o ímpeto de prudência de lideranças importantes da esquerda, que defendem rebaixar o programa do partido para que ele seja, supostamente, mais palpável e palatável para a maioria da população. Assim, muitos deixam de falar de socialismo porque o socialismo estaria, supostamente, “além do horizonte de expectativas” da classe.

Ao considerar a construção de uma sociedade socialista um horizonte impossível no curto e no médio prazo, muitos setores da esquerda brasileira e mundial operam dentro do horizonte rebaixado que predomina nas sociedades capitalistas no atual contexto histórico. De certa forma, é esperado que o Partido, seus militantes e seus dirigentes assumam a perspectiva de futuro socialmente predominante. Até porque, o horizonte de expectativas, ou, simplesmente, a perspectiva de futuro socialmente compartilhada é um aspecto em geral negligenciado de qualquer contexto.

Daí por que é preciso assumir como tarefa histórica – consciente e organizada – justamente alargar o horizonte de expectativas com o qual atua a classe trabalhadora. Nossa perspectiva deve priorizar o futuro não só como realidade vagamente possível (que pressupõe uma postura relativamente passiva sobre o devir do país e do mundo), mas como realidade factível – o que nos obriga a pensar sobre como devemos agir diante do atual contexto para construir a sociedade que defendemos. Para tanto, o inconformismo, a indignação e a ousadia devem ser tão ou mais valorizados e incentivados entre militantes petistas do que o pragmatismo, o realismo e a responsabilidade política. Até porque, em excesso, qualquer desses traços pode ser contraproducente do ponto de vista político.

Tudo isso é fácil de entender quando lembramos que o ciclo de independências nacionais que deram origem aos principais países da América, incluindo o Brasil, se deu num contexto marcado pela consolidação de um horizonte de expectativas profundamente otimista e orientado para o futuro. Estávamos na “era das revoluções” que, a partir do final do século 18, envolveu revolução científica, revolução industrial, revolução nacional, revolução democrático-burguesa, revolução socialista. Estava aberto um novo tempo, não mais pautado no medo e na tradição, mas orientado, em última instância, para o futuro, na certeza de que seria possível construir, neste mundo e a partir da ação humana organizada, uma sociedade melhor - no limite, uma sociedade comunista, nascida da superação do capitalismo pelo socialismo.

As independências da América vão ocorrer nesse contexto, já sob o marco das revoluções burguesas europeias e norte-americana, mas também sob a sombra da revolução popular e negra do Haiti de 1791. Não restam dúvidas de que todas as independências americanas, a brasileira foi a mais conservadora. Não só porque preservou mais do que em outros países os laços de dependência com a Europa, encarnados na monarquia, depois tornada império; mas porque conservou a essência da estrutura econômica e social colonial, marcada pela grande propriedade, monocultora, exportadora e, sobretudo, escravocrata e patriarcal. Mesmo sob um horizonte de expectativas aberto e inspirado por ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – que já haviam animado, por exemplo, a Inconfidência Mineira de Tiradentes e a Confederação do Equador de Frei Caneca –, a oligarquia brasileira, da qual descende a atual burguesia, foi incapaz de imaginar uma comunidade nacional de iguais. Ao contrário, reafirmou a violência, a dominação e a desigualdade do período anterior, inaugurando um longo ciclo de modernização conservadora que mais conservou do que transformou. Vide os impulsos golpistas e autoritários e os vínculos históricos da direita brasileira com o setor agrário exportador.

No que depender da burguesia brasileira, nosso destino nunca irá muito além desse horizonte tacanho – dependente e desigual –, tornando-a incapaz de realizar sequer o ideal burguês de uma nação soberana formada por uma comunidade de cidadãos formalmente iguais, embora socialmente divididos em classes. É por isso que, nem sequer o ideal democrático do “povo” a burguesia brasileira, marcada pelo racismo e pelo elitismo, é capaz de aceitar, não sendo por qualquer outra razão que o Brasil só vai instituir o sufrágio verdadeiramente euniversal nas eleições de 1989, cem anos depois da Proclamação da República e quase dois séculos depois da declaração de Independência, ocorrida na esteira das primeiras revoluções democrático-burguesas.

Esse caráter profundamente conservador das classes dominantes brasileiras não se deve apenas à herança cultural da colônia escravocrata. Tem raízes estruturais constantemente reatualizadas: o capitalismo dependente brasileiro constrange o horizonte de possibilidades do país, tornando quase um destino a sua função atual na divisão internacional do trabalho: a função primário-exportadora; ou, ainda, naturalizando as baixas taxas de crescimento do país e a dependência estrutural.

É por tudo isso que a marca das classes dominantes brasileiras é a reafirmação do passado, a reiteração do mais do mesmo: dependência, dominação patriarcal, racial e de classe, violência, desigualdade, subordinação externa, autoritarismo. Nesse contexto, cabe à esquerda, em particular à esquerda socialista e ao Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, a tarefa de alimentar e realizar os ideais mais básicos de país, em particular, os ideais de soberania nacional, democracia política e igualdade social.

Mas o ponto central, e que define o desafio particular para a esquerda brasileira, é que, no atual contexto histórico, o horizonte de expectativas hegemônico não é mais o otimismo da “primavera dos povos” vigente na emergência do capitalismo. Ao contrário, desde os anos 1970, o capitalismo vive uma crise profunda, de caráter sistêmico, que tem revertido completamente a perspectiva de futuro socialmente compartilhada. O risco iminente de mundialização das guerras em curso é só a confirmação mais dramática disso. Sob a égide da crise sistêmica – crise econômica, social, ambiental, democrática, cultural, internacional articuladas – o horizonte se fecha e ressurgem, com força, ideias já superadas, como o dogma medieval do terraplanismo e do fundamentalismo religioso.

Outro sinal dramático de um horizonte de expectativas nublado pelo medo e pela interdição do futuro é o crescimento das distopias. Fala-se abertamente em apocalipse, disparam os filmes e séries baseados sobre o fim do mundo, muitos se preparam para o colapso eminente. É verdade que esse sintoma tem bases concretas: por um lado, a mudança climática agravada pelo ímpeto predatório do capitalismo, que ameaça comprometer irremediavelmente as condições de vida do planeta; por outro lado, os riscos não desprezíveis de uma conflagração nuclear.

É nesse sentido que, ao contrário do futurismo que predominava no início do século 20, no início do século 21 predominam o “presenteísmo”, o ultrarrealismo e o pragmatismo conformista que torna aparentemente “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Vale destacar que o “presenteísmo” tem relação direta com o “curtoprazismo” que determina a

lógica do capital financeiro. Trata-se do espírito dominante das classes dominantes do nosso tempo, que tenta capturar e subordinar o pensamento da esquerda e da classe trabalhadora.

É justamente nesse contexto que a tarefa da esquerda se mostra ainda maior. Cabe à esquerda, em particular ao Partido dos Trabalhadores, reivindicar uma perspectiva de futuro aberta e otimista, mostrando como é possível construir uma sociedade marcada pela igualdade real e pela liberdade plena. Um mundo possível de ser construído pela ação coletiva, sem guerras, sem hierarquias internacionais, sem dependência econômica e política. Um mundo em que ninguém sofra estigma pela cor da sua pele, por seu gênero, por sua classe social, por sua orientação sexual, por suas escolhas culturais. Em suma, um mundo democrático e socialista, onde o inferno seja apenas uma invenção cultural e a crise climática possa ser racionalmente debelada, de modo que o “fim dos tempos” possa ficar definitivamente para trás.

Em suma, é preciso elevar o horizonte de expectativas com o qual trabalhamos, evitando naturalizar o horizonte rebaixado que as classes dominantes, particularmente no Brasil, tentam impor sobre nós e sobre o conjunto da classe trabalhadora. Alargar o horizonte de expectativas da classe é uma tarefa concreta, que terá profundas implicações políticas imediatas.

Cabe, nesse sentido, olhar com muita atenção para a atuação da extrema-direita no Brasil e no mundo, que tem demonstrado grande capacidade de engajamento a partir de um programa e de atitudes políticas supostamente “ousadas” – vimos isso, por exemplo, na eleição de Bolsonaro que parecia impossível; nos quatro anos em que ameaçaram, para finalmente tentar dar um golpe de Estado; na luta pela anistia de Bolsonaro, que terminou na aprovação do projeto de “dosimetria” que, na prática, reduz drasticamente as penas de Bolsonaro. Estamos vendo algo semelhante nos EUA com Trump, apesar de alguns reveses, e na Argentina com Milei.

Nesse *modus operandi*, a extrema-direita agita o seu núcleo duro formado – tal como mostram todos os dados sobre bolsonarismo, incluindo as sondagens feitas nos seus atos de rua – por homens, brancos, ricos, escolarizados e politicamente reacionários em torno de um programa máximo que parece “impossível” à primeira vista, mas vai pouco a pouco avançando por ação e pressão política dessa “militância” de extrema-direita. Isso, em certa medida, deriva do fato de que a extrema-direita não atua a partir de um hiper-realismo ou de um pragmatismo no sentido estrito da palavra, ou seja, não se conforma em aceitar a realidade dada e ajustar as expectativas ao que parece estritamente possível naquele contexto. Ao contrário, a extrema-direita tem, ao menos em

certa medida, atuado a partir das suas “utopias” – melhor é falar em distopias; e, com isso, tem ganhado adesão, militância engajada e um eleitorado incrivelmente fiel.

De fato, não é exagero dizer que parte importante do sucesso eleitoral da extrema-direita, e que lhe permitiu diversas vezes liderar o campo político da direita como um todo, está, justamente, na sua capacidade de alargar o “horizonte de expectativas” dos seus militantes, engajando-os ativamente na defesa aberta de um projeto aparentemente “ousado”, que inclui da destruição da democracia à invasão do Brasil pelos Estados Unidos. Isso pode trazer – e muitas vezes traz – algum custo eleitoral no curto prazo, mas, no médio e longo prazo, mantém unida e mobilizada sua militância. Por isso, a extrema-direita não é, rigorosamente, uma força conservadora, que se limita apenas a defender a preservação do *status quo*. A extrema-direita quer muito mais: quer destruir o que sobrou de positivo na Constituição de 1988 para construir uma “nova” sociedade – uma sociedade essencialmente autoritária, violenta e desigual, isto é, o espelho local de uma sociedade capitalista mundial em marcha forçada para o passado.

Uma das tarefas do PT é fazer o movimento oposto. Precisamos alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora brasileira, para que ela acredite – e, assim, se engaje organizadamente – na luta por uma outra sociedade, uma sociedade essencialmente democrática, harmônica e igualitária, isto é, uma sociedade socialista, que implicará transformações estruturais – que hoje podem parecer impossíveis – na economia, na sociedade e na institucionalidade da sociedade brasileira. Não faremos essas transformações e não construiremos essa nova sociedade se não colocarmos isso no horizonte de possibilidade do nosso tempo. Aliás, não teremos nem mesmo êxito nas lutas imediatas e nas reformas estruturais, se não colocarmos o socialismo como nosso objetivo programático.

O socialismo petista

A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, que não apenas é incapaz de resolver os grandes problemas do país como os agrava continuamente. Reformas que arrefeçam a natureza parasitária do capitalismo brasileiro devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o regulam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio sistema e desmontando seus pilares de sustentação, ao mesmo tempo em que favorecem a educação política e a mobilização de amplas massas.

O PT entende que a reconstrução do socialismo como ideal de amplos setores sociais é um dos maiores desafios de nossa época. Nosso partido se constituiu realizando uma profunda crítica aos limites e às contradições da social-democracia e ao chamado socialismo real. Ao fazê-lo apontou a necessidade de superação da gênese e dinâmicas da concentração capitalista, de ruptura dos monopólios sobre a indústria, o comércio, a terra e as finanças, a necessidade de planificação democrática da economia, de fortalecimento de empreendimentos não monopolistas e da economia solidária e cooperativa, de grande desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura em geral, bem como de sua democratização, de proteção e sustentabilidade ambiental.

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, na direção da superação da dominação de seres humanos por outros seres humanos, envolverão processo continuado de lutas e conquistas, rupturas e conflitos, criação e recriação de experiências em todos os campos da vida humana. Como em outros períodos históricos, as experiências de transformação nada terão de linear.

O Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as forças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso também da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo. Mas o fazemos a partir da luta e da experiência concreta da classe trabalhadora, cuja força e movimento alimentam a existência do PT. Movimentos sociais como os movimentos negros, feministas, dos sem-terra e sem teto, movimentos indígenas, movimentos ambientais e ecológicos, comunitários, culturais e sindicais alimentaram e seguem alimentando o programa do PT. Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social justos e livres.

O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero. A igualdade e a equidade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião,

de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular e planejamento econômico, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente, ainda que não neguemos a força mobilizadora da identidade nacional e a importância da soberania nacional, desde que elas sejam profundamente populares. Assim, os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz. Manifestamos aqui nossa total solidariedade à Palestina, alvo de genocídio, opressão e “limpeza étnica”, e expressamos nossa profunda repulsa ao Estado de Israel, genocida, colonial, supremacista e expansionista. Reiteramos nossa firme solidariedade ao Irã, que resiste às agressões de Israel e dos EUA, bem como aos povos do Líbano, da Síria e do Iêmen, alvos frequentes de ataques do regime sionista. Manifestamos também total solidariedade a Cuba e Venezuela, submetidos a uma brutal pressão dos EUA imperialistas. E saudamos a classe trabalhadora dos EUA por sua enérgica luta contra os desmandos fascistas, especialmente de Trump e seu governo.

A economia socialista deverá ter como centro organizador o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para tanto será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados

pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.

O principal pilar desse novo modo de produção será a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se limite à propriedade estatal, e que deve assumir também outras formas — individual, cooperativa, pública não estatal etc. — que a própria sociedade venha a decidir, democraticamente.

Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

No caso do Brasil, o progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior e tecnologia, proteção do meio ambiente e autodefesa.

Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta e para a construção de nosso programa alternativo para o país.

As profundas reformas de que nosso país necessita exigem a um só tempo mobilização popular e construção social, elaboração intelectual e política. Nosso intuito é que sejam defendidas pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, pela juventude, por intelectuais e cientistas engajados(as), por povos originários e gente brasileira de todas as etnias, em todas as regiões do país.

O PT está desafiado a contribuir para a ampliação da organização e consciência crítica das classes trabalhadoras. Nesse sentido, o partido deve seguir atualizando seu programa em diálogo com os sindicatos, com os movimentos sociais, com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com todos os setores e personalidades comprometidos com a transformação da sociedade brasileira no rumo da justiça social e da verdadeira democracia.

Trata-se de combinar, cada vez mais, mobilização social e ação institucional, o que envolverá conflitos e rupturas, pois a natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial, patriarcal e racista, é profundamente antidemocrática, refletindo mentalidade política decorrente do caráter particularmente predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que beneficiem as classes populares sem afetar de modo estrutural os interesses das elites, o grande capital não hesita em atropelar as liberdades democráticas e o (mal) chamado “estado de direito”.

A realização dessas tarefas históricas depende, a médio e longo prazos, da construção do poder popular, de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras, condição indispensável para impulsionar reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. Nesse processo, cumprirá papel decisivo a incorporação ativa das pautas de diferentes movimentos sociais de natureza popular, bem como a defesa aberta de políticas, leis e reformas que beneficiem a maioria da população. Temos que assumir abertamente uma posição proativa, baseada na proposição de pautas que contribuam para a mobilização de amplos setores da sociedade, especialmente das classes trabalhadoras.

A edificação de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democracia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de mudanças que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para as reformas estruturais e a transição ao socialismo, com a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

A via de aproximação para as classes trabalhadoras poderem colocar na ordem do dia o nascimento do Estado popular, nas condições históricas atuais, é o

exercício da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais. Este é o desdobramento almejado de um processo que combine lutas institucionais e sociais, política de alianças e construção partidária, elaboração programática e reivindicações específicas, mobilização popular e batalha eleitoral, gestão local e atuação parlamentar, educação de massas e batalha cultural.

A conquista do governo federal representa etapa essencial, mas não significa que o poder político terá transitado para as classes trabalhadoras automaticamente. Um executivo nacional liderado pela esquerda e comprometido com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora abre, no interior do Estado, uma contraposição entre o Poder Executivo conquistado pelo bloco histórico popular; e de outro, as instituições que seguem a serviço dos desideratos das oligarquias. Apenas com a intensificação da disputa por hegemonia essa situação poderá ter solução favorável, a partir de medidas político-administrativas que ampliem o poder popular, de pressão permanente e organizada das ruas, do desmonte dos monopólios de comunicação, da elevação da consciência e cultura das massas, do reforço dos movimentos populares, do desaparecimento do sistema jurídico-policial e da construção de políticas de defesa que impeçam a ingerência imperialista.

As forças populares à frente do governo federal precisam estar sempre preparadas para enfrentar ataques das elites oligárquico-burguesas à democracia, como resposta previsível desses setores à perda da direção do Estado. As medidas concernentes vão além de garantir maioria parlamentar: implicam transformar e democratizar radicalmente o Poder Judiciário, o Ministério Público, as forças policiais, incluindo a Polícia Federal e Rodoviária Federal, entre outras estruturas de coerção, impedindo seu controle pela alta tecnocracia ou por nichos corporativos vinculados aos interesses das classes dominantes.

Esse processo de democratização inclui de maneira decisiva o fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Nesse sentido, é imprescindível a aplicação de todas as recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final apresentado em 2014, no tocante à reversão das heranças da Ditadura Militar (1964-1985), em especial a punição dos torturadores; a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura; a reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento dos preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; a reforma dos currículos das academias militares e policiais, com a

mesma finalidade; a revogação da Lei de Segurança Nacional. A punição dos militares envolvidos na Intentona de 8 de janeiro de 2023 é um passo importante, mas muito mais precisa ser feito para que o Brasil disponha de forças armadas realmente à serviço do povo brasileiro.

A CNV recomenda ainda medidas essenciais para que se obtenha o fim do Terrorismo de Estado, que prevalece no Brasil mesmo após o término oficial da Ditadura Militar: a extinção da Justiça Militar estadual; a exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal; e a desmilitarização das polícias militares estaduais (PMs). As PMs brasileiras são a força policial mais letal do mundo e promovem o Terrorismo de Estado que humilha e intimida a população periférica e assassina milhares de jovens negros e pobres todos os anos. Não haverá democracia, e menos ainda socialismo, enquanto essa situação persistir.

Outro aspecto determinante na disputa por hegemonia é a brutal assimetria existente na configuração atual do sistema de comunicação social, que permite aos porta-vozes da oligarquia (e sobretudo do capital financeiro) manipular massivamente a produção de notícias e de sentido sempre que lhes interessa, difundindo versões distorcidas dos acontecimentos. Deve ser estabelecido novo marco regulatório das comunicações, que acabe com o oligopólio da mídia tradicional (TV e rádio), impeça os abusos das *big techs* e assegure o direito à livre expressão, criando as bases jurídico-materiais para um sistema plural que incorpore os meios fundamentais de informação, entretenimento e cultura. Atualmente, a comunicação está capturada não só pelos grandes oligopólios nacionais, mas também pelas grandes corporações internacionais – especialmente estadunidenses – que levaram a possibilidade de manipulação da informação e da comunicação para outro patamar. Não haverá democracia, tampouco soberania sem enfrentar esse tema.

Isso implica dar prioridade, também, à construção da nossa autonomia tecnológica, o que não será feito sem um aprofundamento da reforma educacional. É preciso levar nosso programa para o campo da educação, ciência e tecnologia para outro patamar. Desvencilhando-se totalmente de recomendações internacionais centradas na lógica estadunidense e da influência do empresariado da educação, o PT deve defender um programa robusto de investimento público nesse campo, com um programa estratégico de formação de quadros e construção de autonomia científica e tecnológica em áreas críticas para nosso programa de desenvolvimento autônomo e democrático.

Ao mesmo tempo que reafirmamos que, nas condições históricas atuais, a via de aproximação para as classes trabalhadoras poderem colocar na ordem do dia o nascimento de um Estado controlado pela classe trabalhadora é o exercício da

Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais, também enfatizamos que o golpe de 2016 contra Dilma, o golpe judicial contra Lula e a fraudulenta eleição de 2018 demonstram que a classe dominante é capaz de bloquear, mesmo momentaneamente, o caminho eleitoral ao comando do Estado.

Somente poderemos enfrentar esse risco se fortalecermos nossas relações com movimentos, frentes e partidos que tenham seu centro de gravidade na organização e mobilização popular, para defendermos o processo democrático a partir da vigilância e da fiscalização das instituições, recorrendo a métodos de intensa participação social. Para tanto, o Partido dos Trabalhadores deve recombinação atuação nos parlamentos e executivos com a intensificação da atuação de seus filiados nos núcleos, diretórios zonais, municipais e estaduais, bem como nos setoriais, de modo a fortalecer a participação nos sindicatos, organizações estudantis, culturais e populares, nas entidades de bairro e movimentos reivindicatórios, ajudando na revitalização da política e da confiança na participação popular, como instrumento de libertação econômica, social e política das classes trabalhadoras.

A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e aos entraves para o desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

As reformas estruturais – de cunho democrático, antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres, especialmente as feministas, e a população LGBTT, os negros e os povos originários, os pobres da cidade e do campo, as classes trabalhadoras em geral. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

Tais propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-social, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização acelerada, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a

independência financeira, a soberania nacional e a integração continental. Como já explicamos, esse programa – quando tomado de conjunto - é incompatível com o capitalismo realmente existente no Brasil.

Transformações estruturais: a revolução que o Brasil precisa

As propostas abaixo sintetizadas devem ser enriquecidas e corrigidas pelo debate preparatório e pelo plenário final do 8º Congresso do PT. O programa como um todo visa construir nossa soberania, igualdade, liberdade, desenvolvimento e socialismo. Mas tendo em vista a centralidade da luta contra o imperialismo e contra o fascismo, enfatizamos nas propostas seu vínculo direto com a garantia da efetiva soberania nacional e com a garantia dos direitos. O que, destacamos, dialoga diretamente com a abordagem que estes temas devem ter na campanha eleitoral presidencial de 2026.

Soberania produtiva. Implementação de um plano nacional de desenvolvimento. Definição de metas e meios para o crescimento da economia por meio de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país, levando em conta todas as diretrizes ambientais e sociais, o que exigirá enfrentar o extrativismo presente nas mineradoras e no agronegócio. Regionalização do desenvolvimento a partir de planos para o norte e o nordeste do país.

Soberania monetária e financeira. Reforma tributária e financeira. Tributação de juros sobre capital próprio. Tributação sobre lucros e dividendos. Taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Revisão da tabela do Imposto de Renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios. Reorganização do Banco Central como guardião da moeda, do emprego e do desenvolvimento nacional, descartando sua autonomia frente ao governo federal, que na realidade põe o BC exclusivamente a serviço dos interesses dos grandes bancos e do rentismo. Lei antitruste do sistema financeiro. Separação entre bancos comerciais e de investimento. Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos. Fortalecimento dos bancos públicos, na perspectiva de eliminar o oligopólio privado financeiro atualmente existente. Criação de uma agência de proteção aos direitos do consumidor de produtos financeiros.

Soberania energética. Retomada do controle acionário da Petrobras pela União. Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do Pré-Sal. Criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor.

Soberania alimentar. Reforma agrária, inclusive com desapropriação sem indenização. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas. Redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Proibição da venda de terras para estrangeiros. Estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio. Fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autossuficiência alimentar. Defesa dos direitos e heranças dos povos originários e dos quilombolas. Reequilibrar o orçamento nacional, dando prioridade à segurança alimentar e não ao agronegócio voltado às exportações.

Soberania ambiental. Proteger nossos recursos humanos e naturais, das terras raras aos depósitos aquíferos, das florestas ao oceano. Subordinar o agronegócio, as mineradoras e os latifúndios urbanos aos interesses nacionais.

Soberania educacional, científica e tecnológica. Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com investimentos de 10% do PIB nas redes públicas de ensino. Ampliação permanente e substancial do investimento em ciência e tecnologia. Regulação do setor privado de ensino. Valorização da carreira de professor, do ensino básico ao magistério superior.

Soberania cultural. Ampliação do investimento público em cultura, fortalecimento da produção popular e nacional.

Soberania política. Reforma das instituições e do sistema eleitoral. Parlamento unicameral e proporcional ao número de eleitores em cada estado. Adoção do voto em lista partidária paritária. Proibição de coligações proporcionais. Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Fortalecimento dos mecanismos de democracia direta e soberania popular, subordinado a deliberações da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, com ampliação da prerrogativa de convocação dos plebiscitos também para o poder executivo e os eleitores, entre outros instrumentos. Instituição de mandatos limitados para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e desembargadores dos TRFs e TJs.

Soberania comunicacional. Democratização da mídia nacional e controle rígido sobre a mídia estrangeira. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Fortalecimento das emissoras públicas de TV e rádio, em especial da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que autorize e renove licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento. Criação do direito gratuito de antena para TV aberta e rádios e de um fundo de apoio a rádios e TVs comunitárias. Regulação da atuação das plataformas digitais transnacionais — e taxação dessas big techs por meio da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para prover o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo e aos Jornalistas, nos moldes propostos pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Garantia da cláusula de objeção por consciência para jornalistas.

Soberania militar. Reforma do sistema de Defesa. Fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Doutrina de Defesa Nacional que considere os Estados Unidos como principal ameaça global e regional. Aplicação de todas as recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final apresentado em 2014.

Direito à segurança pública. Desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária. Reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão. Programa nacional de revisão de penas, tendo em vista enfrentar o problema das prisões temporárias ilegais e o inchaço das prisões que beneficia o crime organizado e as grandes facções. Estabelecimento de uma política nacional de segurança pública com foco prioritário no desmantelamento dos núcleos político e financeiro do crime organizado. Fim da “guerra às drogas” e da política de encarceramento em massa, com revisão legal, especialmente das pequenas infrações que têm claro cunho persecutório da população mais pobre. Reestabelecimento da política nacional de desarmamento. Combate sem tréguas ao feminicídio.

Direitos trabalhistas e previdenciários. Revogação das chamadas “reforma trabalhista” (Lei 13.467) e “reforma da Previdência” (Emenda Constitucional 103/2019). Redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas e adoção da escala 5 x 2. Constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo. Aprovação da “Consolidação de Leis Sociais”, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios.

Direito à cidade. Reforma urbana. Combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária. Políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura. Políticas que garantam o transporte como direito universal, a ser exercido inclusive através de empresas públicas.

Direito à saúde. Fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta. Implementação das decisões da 17ª Conferência Nacional de Saúde e da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

Direitos das mulheres. Combate urgente e implacável ao feminicídio e à violência de gênero, por meio de um leque de políticas que envolvam desde a retomada do Estatuto do Desarmamento até a implantação efetiva de centenas de delegacias e unidades policiais especializadas com atendimento diuturno. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

Direitos das negras e negros. Manutenção e ampliação de todos os programas de combate ao racismo estrutural, englobados sobre a diretriz da reparação histórica.

Direitos humanos. Defesa integral do Estado laico. Descriminalização progressiva do consumo de drogas. Constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena. Promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e transfobia e a toda forma de preconceito.

Conclusão

A realização desse programa de transformações, a ser detalhado e corrigido permanentemente em intenso diálogo social, tem como ponto de apoio fundamental uma coalizão de partidos e movimentos que represente o operariado industrial, o funcionalismo público, os assalariados de serviços e comércio, as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, trabalhadores/as informais e precarizados, trabalhadores rurais e camponeses sem terra; os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos; micro e pequenos empreendedores e pequenos proprietários rurais e urbanos. Também deve agregar cientistas,

intelectuais, artistas e jovens que impulsionam movimentos progressistas no campo da cultura e na sociedade; movimentos antirracistas que lutam por igualdade racial, de libertação das mulheres que lutam por igualdade de gênero, os agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

Nessa perspectiva o PT trabalhará com a Frente Brasil Popular, que deve ser ampliada e fortalecida como instrumento de mobilização e colaboração programática, preservando sua autonomia em relação às coligações eleitorais ou governamentais. Ao representar os agentes principais do projeto nacional que defendemos, deve atuar também para isolar as vozes do grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir a base de apoio deste, atrair setores que se descolam de sua direção e estabelecer acordos táticos capazes de contribuir para o fortalecimento do campo popular. O PT igualmente se empenhará em manter o diálogo e estreitar relações políticas com as organizações integrantes da Frente Povo Sem Medo, para que sejamos capazes de construir uma atuação popular cada vez mais articulada e coordenada.

Nossa política de alianças estratégicas deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática do ponto de vista político e social. São essas forças que devem constituir o núcleo duro dos governos encabeçados pelo PT. A consolidação de uma esquerda antissistema, profundamente popular, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política. Nesse núcleo, devemos cuidar para que tenhamos ampla representatividade regional, de raça, de gênero, de orientação sexual e especialmente de frações da classe trabalhadora em diferentes situações de trabalho. A partir desse núcleo duro, se podem e se devem fazer aliança mais amplas, inclusive eleitorais.

Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições dos períodos de governo e atualizada perante os novos problemas nacionais e mundiais da nossa época, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro para o socialismo e com a luta do nosso povo por sua plena emancipação.